

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

**Registro de preços** para futura e eventual aquisição de serviços de manutenções preventivas/corretivas dos aparelhos condicionadores de ar e **controladora para 3 aparelhos de ar condicionado**, instalados na Seção Judiciária de Roraima.

### 2. JUSTIFICATIVA

Em razão da necessidade de proporcionar condições adequadas às pessoas que se utilizam das instalações da Seção Judiciária de Roraima, a Seção de Serviços Gerais procura manter, por meio da contratação dos serviços de manutenções preventivas periódicas e corretivas nos aparelhos condicionadores de ar, as instalações do prédio com aspectos mais favoráveis à saúde, à segurança, ao bem-estar e ao conforto dos ocupantes dos ambientes, atendendo às exigências da ANVISA.

### 3. QUANTITATIVO DE EQUIPAMENTOS POR MARCA, CAPACIDADE E TIPO DE SERVIÇO

#### 3.1 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA (LOTE 1)

Item	Unid	Qtd	Descrição
1.	UN	18	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 9.000 BTUS, 220V.
2.	UN	2	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 12.000 BTUS, 220V.
3.	UN	44	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, SPLIT, 18.000 BTUS, 220V
4.	UN	80	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 24.000 BTUS, 220V
5.	UN	4	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 30.000 BTUS, 220V
6.	UN	8	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 36.000 BTUS, 220V.
7.	UN	28	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 48.000 BTUS, 220V.
8.	UN	26	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 60.000 BTUS, 220V
9.	UN	2	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO JANELA, 7.500 BTUS, 220V.
10.	UN	10	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO JANELA, 30.000 BTUS, 220V.

11.	UN	6	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, SPLIT, INVERTER, 30.000 BTUS, 220V, MARCA PIONEER, MODELO WR030GHFIAACLD.
12.	UN	2	MANUTENÇÃO <b>PREVENTIVA</b> EM CONTROLADORA PARA 3 APARELHOS DE AR CONDICIONADO, CONTENDO MODULOS DE INTERFACE, SONDA DE TEMPERATURA, FONTE, INTERLIGAÇÃO E CONECTORES. Vide especificações complementares no item 3.3

### 3.2. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA (LOTE 2)

13.	UN	6	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM CONTROLADORA PARA 3 APARELHOS DE AR CONDICIONADO, CONTENDO MODULOS DE INTERFACE, SONDA DE TEMPERATURA, FONTE, INTERLIGAÇÃO E CONECTORES. Vide especificações complementares no item 3.3
14.	UN	3	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, SPLIT, INVERTER, 30.000 BTUS, 220V, MARCA PIONEER, MODELO WR030GHFIAACLD
15.	UN	18	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 9.000 BTUS, 220V.
16.	UN	36	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 18.000 BTUS, 220V.
17.	UN	86	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, SPLIT, 24.000 BTUS, 220V
18.	UN	4	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 30.000 BTUS, 220V
19.	UN	8	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 36.000 BTUS, 220V
20.	UN	28	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 48.000 BTUS, 220V.
21.	UN	30	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO SPLIT, 60.000 BTUS, 220V.
22.	UN	2	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO JANELA, 7.500 BTUS, 220V.
23.	UN	8	MANUTENÇÃO <b>CORRETIVA</b> EM APARELHO CONDICIONADOR DE AR, TIPO JANELA, 30.000 BTUS, 220V.

### 3.3 Especificações técnicas da controladora (itens 12 e 13 das tabelas acima):

- A controladora é capaz de realizar as seguintes funções: Revezamento de máquinas, Alternância de máquinas, Acionamento das máquinas por demanda de carga, Conectividade Múltipla, Diagnósticos de falhas no sistema de climatização, Alertas via e-mail, SMS e Traps SNMP. Prover economia de energia, automação de ar-condicionado, sistema redundante automático ou manual e programação horária.

- CPU: Microprocessador de 16 Bits, AD com resolução de 10 Bits, Memória Flash para armazenar código firmware, permite atualização via bootloader. Memória EEPROM armazena: 144 presets, 14208 logs para cada uma das 12 variáveis analógicas, 1022 logs de alertas. Relógio/calendário interno com bateria recarregável com autonomia de até 60 dias.
- Fonte: Isolada galvanicamente, entrada entre 20 e 60 Vcc, consumo máx. 2A.
- I/O interna: Seis (06) entradas universais (analógicas/digital), NTC10K, 0-5vcc, 4-20ma, digi low (ov), digi high (5V). Onze (11) entradas digitais, opto-isoladas alimentadas em 12Vcc. Doze (12) saídas digitais a relés, opto-isoladas, SPST, Vmáx. 250Vac, Imáx. 3A.
- Módulo para operação Manual: Dispositivo de transferência automática para o modo Manual, nos casos de: Queima fonte interna, looping firmware, falha na leitura dos sensores de temperatura e umidade. Um relé dedicado para cada máquina com a função de bloqueio, alimentado em 24 ou 48Vcc, lógica configurável através de contatos secos livre de tensão, NA ou NF. Quando não utilizado os relés de bloqueio, o módulo não requer alimentação para o funcionamento das máquinas no modo manual. Três relés por máquina para comutar comandos externo no modo manual, L/D ventilador, L/D compressores ou L/D resistências.
- Interface: Local, display de cristal líquido de 4 linhas e 16 colunas com “Back-Light” branco, 5 teclas, um led vermelho indicador de “ALARME” e um led branco “RUN” indicando programa rodando. Remota WEB, proporciona um ambiente gráfico amigável e interativo, ainda conta com tecnologia responsiva viabilizando sua aplicação em smartphones de diversas plataformas (presente apenas nos modelos ETH e GSM).
- Características mecânicas: Gabinete compacto, fabricado em ABS de alta resistência com baixo peso, extingüível a fogo. Conectores do tipo plugin com mola, facilitam a instalação e a substituição do controlador evitando erros de ligação.
- Seriais/Rede: RS 485 Master, Half-duplex 19200 bps. compatível com os módulos IrCom. RS 485 Slave, Half-duplex 19200/57600 bps. compatível com supervisório connect, app uploader e app TES. Porta USB 2.0 19200/57600 bps. compatível com: supervisório connect, app uploader e app TES. Porta Ethernet entrega página WEB e permite o acesso ao protocolo SNMP, compatível com: supervisório connect, app uploader e app TES. GSM rádio quadriband entrega alertas via SMS. Possibilitar o acesso remoto ao equipamento, via internet ou rede interna, através de qualquer navegador (HTTP), Gerente SNMP V1 ou V2C, supervisório connect ou supervisório SCADA.
- Protocolos: Modbus RTU – protocolo nativo, Modbus TCP/IP, Modbus UDP/IP, Modbus RTU Over TCP/IP, Modbus RTU Over UDP/IP, SNMP (V1 e V2C).
- Transdutor para controle da temperatura e umidade: Trabalhando em conjunto com CLP's (controladores lógicos programáveis), efetuam medições de temperatura e umidade ambiente (interno/externo), utilizando para as medições de umidade um circuito integrado de saída linear e para as de temperatura um elemento sensor resistivo. Integrados ao software para emissão imediata de avisos no caso de intercorrências as variáveis

definidas pelo Contratante. Cabendo ao contratante e seu setor de manutenção fez a verificação e reparo in loco. Fabricado em ABS, deve possuir haste em nylon e Conector plugin MSTB 4 vias Operar na faixa 0 a 70°C e sensor umidade 0-5V – Faixa 1 a 99% – Tolerância +/- 2,0%.

#### **4. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

##### **4.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

4.1.1. As manutenções preventivas ocorrerão sob demanda;

4.1.2. Embora as manutenções preventivas devam ser realizadas sob demanda, pretende-se realizar assistências técnicas preventivas semestrais;

4.1.3. Manutenção preventiva: trata-se de atividades de manutenção a serem executadas, visando evitar a ocorrência de falhas ou de desempenho insuficiente dos equipamentos. Para tanto, caso demandada, a CONTRATADA deverá proceder a um conjunto de **inspeções periódicas semestrais dos componentes do sistema** de acordo com as características dos mesmos e com as orientações técnicas dos fabricantes e fornecedores, conforme o subitem 4.1.2.

4.1.4. O conjunto de procedimentos, listados a seguir, impõe um limite quantitativo mínimo e uma relação mínima de tarefas para a execução dos serviços da manutenção preventiva, não excluindo outras intervenções necessárias e exigidas pelo fabricante e pelas normas técnicas aplicáveis:

##### **I. Nos aparelhos de ar condicionado de janela e do tipo Split**

- Manutenção mecânica, elétrica e eletrônica de todas as peças e componentes inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto retífica de compressores;
- Limpeza dos aparelhos com a retirada e lavagem das tampas e filtros de ar;
- Limpeza do evaporador e do condensador por meio de escovação e retirada da sujidade;
- Teste dos comandos elétricos, com ajuste e regulação se necessário;
- Regulação e ajuste mecânico de todos os componentes;
- Retirada de vazamentos;
- Substituição, quando necessário, das espumas de vedação;
- Retirada de vibrações e barulhos;
- Conferência e reposição do gás refrigerante e de outros tipos de gases, de modo a garantir a carga térmica necessária ao rendimento ótimo dos equipamentos;
- Manutenção dos dutos e de todo o sistema de drenagem da água de condensação;
- Medição e registro da tensão, da corrente e da temperatura de insuflamento;

- Efetuar, a cada semestre, a retirada de cada um dos aparelhos para limpeza geral, por meio de lavagem com água e aplicação de produtos químicos para retirada de sujeira, desinfecção e aplicação de produtos anti-ferrugem;
- Efetuar, a cada semestre, a limpeza e lubrificação das buchas do motor-ventilador;
- Verificar, a cada semestre, a ocorrência de focos de ferrugem, e se afirmativo retirá-los e retocar a pintura.

## **5. DIRETRIZES BÁSICAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **5.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

5.1.1. Para toda manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá emitir um relatório detalhado dos serviços executados, entregando ao gestor da Ata o original assinado pelo técnico que executou o serviço. Os formulários deverão ser padronizados e acertados de comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;

5.1.2. A manutenção preventiva será realizada mediante solicitação do CONTRATANTE, por meio de correspondência eletrônica (e-mail) ou comunicação telefônica;

5.1.3. A manutenção preventiva deverá ser realizada no horário das 8 (oito) às 18(dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, iniciando-se sempre no período da manhã, devendo a CONTRATADA alinhar com o servidor designado para o acompanhamento da Ata, o dia e o horário para o início dos trabalhos;

5.1.4. A assistência técnica preventiva para os aparelhos condicionadores de ar do tipo janela e split deverá ser realizada, por meio de visitas periódicas semestrais, nos locais de instalação dos equipamentos;

5.1.5. Os serviços de manutenção preventiva deverão ocorrer independentemente de ter havido manutenção corretiva no período;

5.1.6. As manutenções preventivas deverão ocorrer **no prazo máximo de 06(seis) horas, por aparelho**, contado a partir da chegada do técnico ao local de realização do serviço;

5.1.6.1. Após as manutenções preventivas, caso o equipamento apresente algum problema de funcionamento, relacionado à reinstalação inadequada ou outro motivo imputável a responsável pela manutenção preventiva, a contratada deverá corrigir o defeito num prazo máximo de 06(seis) horas, por aparelho, contado a partir da comunicação feita pela Justiça Federal.

5.1.7. **Nas manutenções preventivas dos aparelhos condicionadores de ar, a empresa CONTRATADA deverá formular seus valores levando em consideração o fornecimento e colocação de CARGA DE GÁS ou sua complementação.**

### **5.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA**

5.2.1. A manutenção corretiva será realizada mediante solicitação do CONTRATANTE, por meio de correspondência eletrônica (e-mail) ou contato telefônico.

**5.2.2. Em todos os tipos de manutenção corretiva, a empresa CONTRATADA deverá formular seus valores, levando em consideração o fornecimento e colocação de CARGA DE GÁS ou sua complementação.**

5.2.3. As solicitações do CONTRATANTE, no que tange as manutenções corretivas, deverão ser atendidas, de segunda a sexta-feira, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, obedecendo aos seguintes prazos:

5.2.3.1. 06 (seis) horas, no máximo, após o recebimento da solicitação, para os aparelhos de ar condicionado de janela e os aparelhos de ar condicionado do tipo split;

5.2.3.2. 06 (seis) horas, após a chegada do técnico no edifício-sede desta seccional, para conclusão da manutenção corretiva em cada aparelho de ar condicionado de janela e do tipo split, nos casos que as manutenções não necessitem de troca de peças. O prazo aqui estipulado será contado a partir do fornecimento da peça defeituosa à responsável pela manutenção;

5.2.3.2.1. O prazo estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado a critério da Administração;

5.2.3.3. Após as manutenções corretivas, caso o equipamento apresente algum problema de funcionamento, a contratada deverá corrigir o defeito num **prazo máximo de 06(seis) horas, por aparelho**, contado a partir da comunicação feita pela Justiça Federal.

### 5.3. SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS

5.3.1. Diagnosticadas falhas e/ou defeitos, durante a manutenção preventiva ou corretiva, que imponham a necessidade de recuperação ou substituição de peças, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, em um prazo máximo de 06 (seis) horas após o atendimento técnico, um orçamento detalhado, no qual as peças sejam especificadas com clareza, para permitir ao CONTRATANTE a aquisição das peças. Após a chegada das peças, a CONTRATADA será convocada para providenciar a substituição das peças em um prazo máximo de 06 (seis) horas. As peças novas, que substituirão defeituosas, deverão ter garantia e estar em conformidade com as recomendações dos fabricantes das peças e da máquina do equipamento.

5.3.2. Conforme previsto na lista de serviços da manutenção preventiva, a cada semestre, os aparelhos de ar condicionado de janela deverão ser removidos para a sua completa higienização. Após a retirada dos aparelhos, deverão ser verificados os suportes e as caixas dos mesmos. Caso haja necessidade de execução de reparos e/ou reforços, a CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE um orçamento detalhado, seguindo as diretrizes do subitem anterior.

5.3.3. As peças com defeito que forem substituídas deverão ser entregues ao CONTRATANTE.

### 5.4. MATERIAIS DE CONSUMO

5.4.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: materiais de limpeza e higienização, estopa, graxa, soldas, nitrogênio, oxigênio, acetileno, espumas para vedação e outros.

5.4.2. Em todos os tipos de manutenção preventiva a empresa CONTRATADA deverá formular seus valores, levando em consideração o fornecimento e instalação de peças de pequeno valor que são usualmente substituídas durante esse tipo de manutenção. Assim, a empresa, em sua proposta, DEVERÁ COMPUTAR O FORNECIMENTO DAS PEÇAS DE PEQUENOS VALORES QUE USUALMENTE SÃO TROCADAS, POIS SERÃO CONSIDERADAS INCLUSAS NO PREÇO OFERTADO PARA O SERVIÇO. As demais peças, cujos valores sejam significativos, serão adquiridas pela Seção Judiciária de Roraima, dentre tais peças podemos citar as seguintes: compressor, motor ventilador da unidade condensadora e evaporadora, painel frontal, placa de comando, etc.;

5.4.3. **Com relação ao subitem acima, será considerado de pequeno valor, o somatório dos valores das peças novas fornecidas e instaladas no equipamento, cujo valor total não ultrapasse R\$50,00 (cinquenta reais), com comprovação feita por meio de nota fiscal de aquisição.** Assim, as demais peças que se fizerem necessárias serão adquiridas pela Seção Judiciária de Roraima seguindo as diretrizes do subitem 5.3.1.

## 5.5. NORMAS TÉCNICAS

5.5.1. A execução de Serviços de Conservação e Manutenção deverá atender também às seguintes Normas e Práticas Complementares:

- Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;
- Normas da ABNT e do INMETRO;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA / CONFEA.

## 5.6. MANUTENÇÃO EXTERNA

5.6.1. Caso os serviços de manutenção para reparos não possam ser executados nas dependências do CONTRATANTE, o procedimento de retirada dos equipamentos das dependências do CONTRATANTE será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive o ônus de transporte dos equipamentos, e somente será efetuado após a assinatura do respectivo Termo de Responsabilidade, emitido pelo CONTRATANTE.

## 6. CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

### 6.1. HABILITAÇÃO TÉCNICA

6.1.1. A PROPONENTE deverá contar com equipe de profissionais habilitados à manutenção de aparelhos condicionadores de ar, tendo responsável técnico um engenheiro mecânico, tecnólogo em

mecânica, técnico em mecânica, ou outro profissional que, segundo a legislação vigente, seja devidamente habilitado para atuar como responsável técnico nas manutenção preventiva e corretiva em aparelhos condicionadores de ar do tipo split e janela, objeto deste Termo de Referência, com comprovação de responsabilidade técnica pelos serviços a serem prestados, por meio de registro profissional no respectivo Conselho Profissional, além de comprovar vínculo formal com a empresa CONTRATADA.

6.1.2. A PROPONENTE deverá apresentar um ou mais ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou outro conselho equivalente, comprovando ter prestado serviços de manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar condicionado, em aparelhos de ar condicionado do tipo split com capacidade igual ou superior a 18.000btu's/h e em aparelhos de ar condicionado de janela compatíveis com os do CONTRATANTE.

## **7. VISTORIA PRÉVIA**

7.1. Para a perfeita adequação e dimensionamento dos trabalhos a serem efetuados, as empresas interessadas em participar do certame deverão realizar vistoria prévia. Assim, a empresa interessada deverá entrar em contato com a Seção de Serviços Gerais desta Seccional por meio do telefone (95) 2121-4229 ou 2121-4200, no horário de 08(oito) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, para agendamento da vistoria.

7.2. A vistoria prévia é suficiente para os levantamentos necessários à elaboração da proposta, bem como para o desenvolvimento dos serviços a serem prestados.

7.3. A vistoria poderá ser dispensada, mas a contratada não poderá fazer reclamações posteriores sob a alegação de aumento de serviços ou de serviços não relacionados neste Termo de Referência ou ainda do desconhecimento do estado de conservação dos aparelhos ou instalações adstritas ao funcionamento dos mesmos.

## **8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas ao objeto deste Termo de Referência.

8.2. Designar servidores (titular e suplente) do seu quadro de pessoal, para exercer a fiscalização dos serviços contratados e atestá-los.

8.3. Notificar, expressamente, a CONTRATADA a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços.

8.4. Permitir a entrada dos funcionários da empresa CONTRATADA, desde que devidamente identificados e habilitados tecnicamente para realizar os serviços contratados e que forem que previamente agendados com o servidor designado.

8.5. Executar os serviços necessários para a segurança e eficiente funcionamento do equipamento(s) alheio à especialidade e responsabilidade da CONTRATADA.

8.6. Informar à empresa responsável pela manutenção corretiva sobre qualquer irregularidade no funcionamento dos equipamentos, desde que seja perceptível ao homem comum;

8.7. Fiscalizar o exato cumprimento das condições estabelecidas no futuro contrato;

## **9. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas, inerentes aos serviços de manutenções e às peças de reposição retro, correrão à conta do Programa de Trabalho 168312 – Julgamento de Causas na Justiça Federal e Elemento de Despesa 33903917 (Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos).

## **10. DA LICITAÇÃO**

Não sendo o caso de dispensa ou inexigibilidade de que tratam os arts. 24 e 25 da LLCA, o procedimento ocorrerá por Pregão Eletrônico.

10.1. Tipo Licitatório: Menor Preço;

10.2. Para a definição do menor preço, será utilizada a tecnologia melhor preço, conjugando-se a qualidade dos serviços, a funcionalidade, disponibilidade e desempenho do contratado;

10.3. O objeto deste projeto/ termo de referência será adjudicado **pelo menor preço por LOTE**.

10.3.1. A contratação será feita por lote, separando-se as manutenções preventivas das corretivas, uma vez que, desta maneira, evitaremos que empresas diferentes vençam em vários tipos de manutenções e ainda por cima em equipamentos diversos.

10.3.2. Em face da grande quantidade de itens, aliada à necessidade de obter proposta mais vantajosa com a economia de escala, observando ainda a localização desta Seccional que, por muitas vezes, é o fator causador de preços altos e falhas na entrega de materiais, agrupamos os itens em lotes visando aumentar a competição em razão do montante a ser adquirido.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Entregar ao CONTRATANTE a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA, referente aos serviços objeto deste Termo de Referência, num prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da publicação oficial da Ata.

11.2. Fornecer ao CONTRATANTE o endereço eletrônico (e-mail), devendo acompanhar o mesmo diariamente, por meio do qual serão feitos chamados para as manutenções corretivas e demais serviços.

11.3. Fornecer ao CONTRATANTE número de telefone, por meio do qual serão feitos chamados para as manutenções corretivas e demais serviços.

11.4. Emitir, para todos os atendimentos de manutenção preventiva ou corretiva, um relatório detalhado, em impresso próprio, para cada tipo de manutenção realizada, preventiva dissociada da corretiva, no qual constarão as ocorrências verificadas, devendo ser assinado pelos representantes das partes, ficando o original aos cuidados do servidor designado pelo CONTRATANTE para a fiscalização da Ata.

11.5. Indicar o(s) responsável(eis) técnico(s) para o serviço, o(s) qual(is) responderá(ão) pela empresa por qualquer assunto referente à Ata.

11.6. Operar como uma organização completa e independente, fornecendo todos os instrumentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.

11.7. Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seus empregados e orientá-los para que tenham adequado comportamento durante a realização e permanência nos setores abrangidos pela execução dos serviços, ou seja, durante a permanência na Seção Judiciária de Roraima;

11.8. Zelar para que seus empregados, envolvidos na prestação dos serviços contratados, apresentem-se convenientemente trajados e devidamente identificados, fornecendo uniformes e os equipamentos de proteção individual (EPIs) devidos, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

11.9. Justificar eventuais motivos de força maior ou caso fortuito que impeçam a realização dos serviços contratados.

11.10. Orientar o CONTRATANTE quanto às medidas para otimizar o uso dos equipamentos.

11.11. Levar ao conhecimento do servidor designado pelo CONTRATANTE para o acompanhamento e fiscalização da Ata, qualquer utilização inadequada do sistema de ar condicionado.

11.12. Não subcontratar, sob nenhum pretexto, os serviços objeto desta contratação.

## **12. UNIDADE FISCALIZADORA DO FUTURO CONTRATO**

12.1. A Responsabilidade pela Gestão/fiscalização dos serviços aqui tratados será definida pela SECAD/DIREF tendo em vista o exame e verificação do exato cumprimento das condições aqui estabelecidas.

12.2. Quaisquer dúvidas, questionamentos ou atos administrativos que fugirem à competência do executor do contrato, o mesmo deverá fazer constar no processo administrativo correspondente e comunicar o ocorrido a SECAD/DIREF para a tomada de decisão.

## **13. PAGAMENTO**

13.1. O pagamento se dará com periodicidade mensal, respeitando a quantidade de serviços efetivamente ocorridos no mês, observando os termos contratuais e editais.

13.2. O pagamento se dará à contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, no prazo de até 10 (dez)

dias úteis, contados da data do protocolo do documento no setor competente, no caso de crédito em conta corrente, ou da data de apresentação da fatura com o código de barra, também no setor competente, conforme a opção de pagamento feita pela empresa.

13.3. Caso o pagamento não seja efetuado no prazo estipulado no subitem anterior, serão devidos à Contratada, juros de mora de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação, exceto na hipótese de glosa na fatura para posterior apuração da falta.

13.4. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou outra circunstância que a desaprove, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento será sustado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Justiça Federal de Roraima, inclusive moratório. Nesse caso, o prazo a que refere o subitem 13.2 passará a fluir somente após sanada a irregularidade;

13.5. O nº. do CNPJ da proponente, apresentado nos documentos relativos ao procedimento licitatório, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

13.6. Para fins de pagamento será realizada consulta à Justiça do Trabalho, com o fito de se obter a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou outra certidão equivalente, assim como ao SICAF para comprovação da validade da certidão de regularidade do FGTS, certidão negativa de débitos com o INSS, certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Caso a empresa esteja com alguma certidão ou o cadastramento vencido no SICAF, serão consultados via internet, os respectivos sites dos órgãos emitentes das certidões supracitadas.

13.7. Constatada a situação irregular da contratada junto à Justiça do Trabalho/ SICAF, esta será notificada, por escrito, para providenciar a sua regularização no prazo de 15 (quinze) dias úteis ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual, se Administração assim entender. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

#### **14. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

14.1. Os serviços serão executados no edifício-sede da Seção Judiciária de Roraima, situado na Avenida Getúlio Vargas, 3999 – Bairro Canarinho – Boa Vista – Roraima (RR)- CEP: 69.306-545.

14.2. Excepcionalmente, quando ocorrer necessidade da realização de procedimentos específicos que devam ser realizados na oficina da CONTRATADA, esta deverá solicitar autorização da SESEG/SECAD para a retirada do equipamento.

#### **15. O PRAZO DE VIGÊNCIA DA FUTURA ATA**

15.1. A futura Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a partir da assinatura por ambas as partes.

## **16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. A contratada, nos casos de atraso injustificado assim considerado pela Administração, ou de inexecução parcial ou ainda de inexecução total da obrigação, ficará sujeita, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.2. A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002.

16.3. As penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 16.1 poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa prevista na alínea “b” do mesmo subitem.

16.4. As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” acima também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

16.5. Caso a empresa vencedora se recuse a anexar proposta de preços nos termos do Edital, a assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo indicado ou ainda a dar o recebimento no empenho, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea “b” do subitem 16.1, no percentual de 10% sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a pena prevista na alínea “c” do mesmo subitem.

16.6. O atraso injustificado na entrega/execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual sujeitará a Contratada à multa de 0,33% (tinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

16.6.1. Após esse prazo, será reconhecida a recusa do fornecedor, podendo a Administração considerar rescindido o contrato e aplicar a multa prevista no subitem 16.7 deste instrumento, sem prejuízo de outras penalidades previstas no subitem 16.1.

16.7. Nas hipóteses em que não esteja fixado previamente o termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese em que estará sujeita à sanção prevista no subitem 16.6.

16.8. A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas no subitem 16.1.

16.9. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato; ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

16.10. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

16.11. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta nesta cláusula será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

16.12. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 6.

16.13. O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos porventura existentes em favor da Contratada. No caso de inexistência de créditos, o valor das multas devidas à Contratante deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para recolhimento, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei 8.666/1993).

16.14. A aplicação das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa e ensejarão seu registro no SICAF.

16.15. Caberá recurso, em relação ao ato que aplicar quaisquer das penalidades previstas neste instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

## **17. GARANTIA DO SERVIÇO**

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **18. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Este termo de referência foi elaborado pelo servidor abaixo-assinado, conforme as diretrizes e determinações da SECAD, e necessita da ratificação e aprovação pela autoridade competente, conforme consta no inciso I do art. 3º da Lei nº 10.520/02.

Pelo exposto, encerra-se o presente termo de referência visando o atendimento das expectativas da atual Administração da Seção Judiciária de Roraima.

Boa Vista, RR, 9 de março de 2023.

**ALTINO DA SILVA NETO**  
Supervisor da SESEG